



MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2024 – IPMI - EDITAL Nº 07/2024

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS

O Presidente do Instituto de Previdência do Município de Itaipópolis/SC (IPMI), no exercício de suas atribuições, torna público o presente edital para divulgar o que segue:

1. Resultado definitivo da prova objetiva: Tendo em vista que não foram interpostos recursos, ratifica-se o resultado preliminar da prova objetiva divulgado pelo Edital nº 06/2024, o qual passa a constar como **resultado definitivo da prova objetiva**.

2. Resultado preliminar da prova de produção escrita: O relatório de notas e o gabarito da referida prova encontram-se, respectivamente, nos **Anexos I e II** deste edital.

3. Interposição de recursos: Sem prejuízo ao prosseguimento do certame, especialmente no que diz respeito à prova de títulos, o candidato interessado em interpor recurso relativo ao resultado da ora divulgado deverá fazê-lo no período de **14 a 16/08/2024**, diretamente no [site www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), no campo “recursos”, localizado na área do candidato.

3.1. Para interpor seus recursos, no período acima estabelecido, os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão utilizar o computador disponibilizado para tal finalidade na **Prefeitura Municipal de Itaipópolis/SC** (Avenida Getúlio Vargas, nº 308, Bairro Centro) no horário das **8h às 11h30min**.

4. Vista de prova: Para subsidiar a interposição de recursos, durante a fase recursal, acima estipulada, e revogadas as disposições em contrário, será disponibilizada vista da prova do candidato diretamente na **área do candidato**, no [site www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), sendo este o único momento para vista.

5. Convocação para a prova de títulos: Todos os candidatos aos cargos de **Advogado Previdenciário** e **Analista Previdenciário em Contabilidade**, que quiserem pontuar nesta etapa, ficam convocados a anexarem seus TÍTULOS em conformidade com o disposto no Edital de Abertura das Inscrições. Durante o período de **14 a 16/08/2024**, os candidatos deverão acessar a **área do candidato**, no [site www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), clicar no campo “PROVA DE TÍTULOS” e **adicionar** cada documento (individualmente digitalizado e salvo em arquivo único, nas extensões “pdf”, “png”, “jpg” ou “jpeg”, com tamanho máximo de 2MB) em seu respectivo campo. O procedimento deverá ser realizado **até às 23h59min do último dia do prazo estabelecido**.

5.1. Serão recebidos os títulos de todos, contudo, somente será divulgada a nota dos candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

6. Acompanhar o andamento deste certame, nos termos do Edital de Abertura das Inscrições, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

Registre-se e publique-se.

Itaipópolis/SC, 13 de agosto de 2024.

Marsoel Screpec,
Presidente do IPMI.

ANEXO I - RELATÓRIO DE NOTAS DA PROVA DE PRODUÇÃO ESCRITA

ADVOGADO PREVIDENCIÁRIO -

NOME	INSCRIÇÃO	Q1-CON	Q1-EST	Q1-EL	Q2-CON	Q2-EST	Q2-EL	Q3-CON	Q3-EST	Q3-EL	Q4-CON	Q4-EST	Q4-EL	PO	PPE	PONTOS	RESULTADO
ANA CAROLINA VICZNEVSKI	0030049	2,70	2,05	2,05	2,70	0,00	2,05	2,40	1,80	1,80	2,70	1,80	2,05	44,30	24,10	68,40	Aprovado
OSEIAS MOREIRA SCHEFER	0030009	0,00	1,80	2,05	2,70	1,80	1,80	3,00	1,50	2,05	2,70	0,00	0,00	45,80	19,40	65,20	Aprovado

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO EM CONTABILIDADE -

NOME	INSCRIÇÃO	Q1-CON	Q1-EST	Q1-EL	Q2-CON	Q2-EST	Q2-EL	Q3-CON	Q3-EST	Q3-EL	Q4-CON	Q4-EST	Q4-EL	PO	PPE	PONTOS	RESULTADO
EDEGAR KARASINSKI	0030050	2,40	1,50	1,80	1,95	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	2,40	1,50	1,50	47,00	20,55	67,55	Aprovado

ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO -

NOME	INSCRIÇÃO	CON	EST	EL	PO	PPE	PONTOS	RESULTADO
CÉSAR AUGUSTO VIEIRA	0030025	0,00	0,00	0,00	62,00	27,00	89,00	Aprovado

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2024 – IPMI

GABARITO PRODUÇÃO ESCRITA - ESTUDOS DE CASO

Não será avaliado texto (qualquer fração de texto) que ultrapassar o limite máximo de linhas. Linhas em branco e/ou preenchidas com menos de 2/3 do seu espaço total não serão contabilizadas como linha completa na contagem do número mínimo de linhas exigido. O candidato receberá nota 0 (zero) na prova de produção escrita quando:

- a) não abordar o tema e/ou teor técnico proposto;
- b) o texto: for ilegível; escrito em língua estrangeira; não for escrito à caneta;
- c) apresentar número de linhas inferior ao mínimo exigido;
- d) não houver texto na folha oficial de texto;
- e) for mera transcrição de dispositivos legais.

A resposta de cada questão prática será avaliada na escala de zero a 7,5 pontos.

Cada questão prática (perguntas “a” e “b”) será avaliada nos seguintes quesitos:

As respostas padrão são apresentadas nas próximas páginas. Outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas.

NÍVEL DE DESEMPENHO	CONCEITO/DESCRIÇÃO	NOTA
Conteúdo (40%): compreensão do questionamento e desenvolvimento do assunto proposto.		
5	Cumpriu completamente as exigências do enunciado. Demonstra superior conhecimento sobre o questionamento feito, apresentando ótimo desenvolvimento do assunto. As ideias são coerentes e bem desenvolvidas.	3,00
4	Cumpriu adequadamente as exigências do enunciado. Demonstra bom conhecimento sobre o tema proposto, desenvolvendo-o bem.	2,70
3	Respondeu razoavelmente ao questionamento feito. Demonstra algum conhecimento, mas faz referência ao assunto de forma generalizada, sem aprofundamento.	2,40
2	Texto tangencia o questionamento, dispondo do assunto de maneira superficial, sem desenvolvimento adequado.	1,95
1	Texto cita eventualmente a proposta. Ainda que tenha escrito algo relacionado à temática, foi de forma evasiva ou somente para responder.	1,50
Estrutura (30%): coesão e coerência, clareza na expressão escrita, estrutura do texto.		
5	Expressa-se de maneira clara e com ótima articulação das partes do texto, sem problemas graves na sequência das ideias. A redação é bem organizada e progride logicamente. Uso diversificado de recursos de coesão, demonstrando domínio de articulação dos mecanismos necessários, com quase nenhuma inadequação. Boa estruturação de parágrafos.	2,25
4	Expressa-se de maneira clara e com boa articulação. A redação é bem organizada e lógica, com poucos erros de sequência. Apresenta repertório diversificado de recursos para coesão, com poucas inadequações, demonstrando proximidade com domínio dos mecanismos.	2,05
3	Articulação razoável das partes do texto, com problemas eventuais na articulação e proposição das ideias. Mecanismos para coesão são pouco diversificados, com eventuais inadequações de recursos para coesão e com domínio mediano. Texto de baixa legibilidade.	1,80
2	Expressa-se de forma inconsistente, com articulação precária das partes do texto, devido a problemas frequentes na utilização dos recursos coesivos. O texto é articulado de forma insatisfatória, apresentando inadequações recorrentes que interferem na coesão e na coerência. Texto de difícil legibilidade.	1,50
1	Desarticulação das partes do texto e escrita inconsistente. Articulação das ideias não é feita com recursos diversificados de coesão, apresentando pouco ou nenhum domínio de mecanismos linguísticos, demonstrando uma escrita precária e insatisfatória.	1,15
0	Estrutura está aquém das classificações anteriores.	0 (zero)
Expressão linguística (30%): domínio da norma-padrão (grafia, acentuação, concordância, regência, pontuação, etc.).		
5	Excelente domínio da norma culta, com raros ou nenhum desvio gramatical e de convenções da escrita.	2,25
4	Muito bom domínio da norma culta, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.	2,05
3	Bom domínio da norma culta, com pontuais desvios gramaticais e de convenções da escrita.	1,80
2	Domínio razoável da norma culta, com desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita, pouco aceitáveis nessa etapa de escolaridade.	1,50
1	Domínio precário da norma culta, com graves e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	1,15
0	Expressão linguística está aquém das classificações anteriores.	0 (zero)

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas)

ADVOGADO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 1

Situação-Problema: Um servidor público de uma prefeitura foi incumbido de planejar um processo licitatório para a aquisição de equipamentos de informática para secretarias municipais. Diante do objeto, ele sugeriu o pregão eletrônico como modalidade da licitação e “técnica e preço” como critério de julgamento.

Pergunta a: Identifique e justifique os possíveis equívocos na sugestão do servidor público.

Pergunta b: Sugira ações para que o processo licitatório ocorra em conformidade com a legalidade e as melhores práticas.

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas):

(A) Há equívoco na escolha do critério de julgamento “técnica e preço” para um pregão eletrônico. O pregão eletrônico visa simplicidade e agilidade, priorizando a competitividade e economicidade. De acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), o pregão pode ser julgado pelo critério de “menor preço” ou de “maior desconto”. **(B)** Adequar o critério de julgamento, conforme exigido pela modalidade. Elaborar um edital detalhado, especificando claramente os requisitos técnicos dos equipamentos, para garantir a transparência e evitar questionamentos. Realizar uma pesquisa de mercado prévia pode ajudar a definir um valor de referência adequado.

QUESTÃO 2

Situação-problema: Um servidor municipal teve seu pedido de aposentadoria negado pelo RPPS. Inconformado com a decisão, o servidor impetrou Mandado de Segurança (MS) e obteve medida liminar em seu favor.

Pergunta a: Após o coator do conteúdo da petição inicial ser notificado, o que acontece?

Pergunta b: Se a decisão final do juiz for desfavorável ao RPPS, quais são as possibilidades?

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas):

(A) A autoridade coatora tem o prazo de 10 dias para prestar as informações que considerar necessárias sobre os fatos alegados na petição inicial. A medida liminar concedida em favor do servidor continua em vigor até a decisão final do juiz. **(B)** Se a decisão final do juiz for desfavorável ao RPPS, as possibilidades incluem interpor recurso de apelação, dirigido ao Tribunal de Justiça competente. Além disso, poderá ser ajuizado recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e/ou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), desde que cumpridos os requisitos de admissibilidade e a matéria discutida envolva questões de direito federal ou constitucional. Outra opção seria cumprir a sentença e não recorrer.

QUESTÃO 3

Situação-problema: Uma servidora municipal estável, ocupando o cargo de analista administrativo foi denunciada por receber vantagens indevidas em contratos públicos. O órgão instaurou processo administrativo disciplinar (PAD), do qual resultou sua demissão por prática de ato de improbidade administrativa.

Pergunta a: O processo administrativo disciplinar é suficiente para a demissão da servidora, ou é necessária uma condenação judicial por improbidade administrativa? Justifique.

Pergunta b: É permitido incluir vedação editalícia em editais de novos concursos no sentido de inviabilizar a nomeação em novo cargo de candidato que tenha sido demitido do serviço público por prática de ato de improbidade administrativa? Justifique.

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas):

(A) Sim, é suficiente, pois o jurídico dos servidores públicos municipais estabelece a demissão como sanção aplicável a atos de improbidade administrativa. **(B)** A Lei de Improbidade Administrativa estabelece a necessidade de condenação judicial transitada em julgado para a aplicação da pena de perda da função pública. É permitido incluir vedação editalícia em editais de novos concursos, desde que esta vedação esteja amparada em lei. A inclusão de tais cláusulas visa proteger os princípios da moralidade e eficiência administrativa, conforme previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Todavia, a que se considerar o tempo decorrido da condenação, a fim de não ser uma penalidade de caráter perpétuo, o que violaria a CF.

QUESTÃO 4

Situação-problema: O Município X disponibiliza informações públicas através de seu portal de transparência. Notando a ausência de dados sobre contratos de licitações recentes, um cidadão solicitou formalmente acesso a esses dados, mas o órgão municipal responsável condicionou o andamento do pedido ao pagamento de uma taxa administrativa para analisar a solicitação. Apesar de ter pago a taxa, obteve como resposta que não poderia ter acesso à informação porque o pedido não continha justificativa específica da finalidade de uso.

Pergunta a: A cobrança efetuada pelo órgão responsável para fins de acesso à informação tem amparo legal? Justifique.

Pergunta b: O fundamento utilizado pela autoridade competente para não fornecer o acesso à informação tem respaldo legal? Justifique.

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas):

(A) De acordo com a LAI, o acesso à informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados. Cobrar uma taxa administrativa para processar a solicitação contraria o princípio da gratuidade do acesso à informação. **(B)** Não, o acesso à informação não pode ser negado com base no motivo apresentado. A LAI estabelece que qualquer cidadão pode solicitar informações públicas, independentemente de justificativa. Conforme a referida lei, é vedada qualquer exigência de motivação para o pedido de acesso à informação.

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO EM CONTABILIDADE

QUESTÃO 1

Situação-problema: Um analista contábil deve registrar uma despesa de R\$ 50.000,00 referente a serviços de manutenção prestados em dezembro de 2023. A nota fiscal foi recebida no final de dezembro, mas o pagamento será efetuado apenas em janeiro de 2024.

Pergunta a: Como essa despesa seria registrada nos relatórios financeiros de acordo com o regime de caixa e o regime de competência?

Pergunta b: Em se tratando do setor público, como o registro da despesa deve ser feito e quais normas tratam do assunto?

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas):

(A) No regime de caixa, a despesa deve ser registrada no momento do pagamento, ou seja, em janeiro de 2024. No regime de competência, a despesa deve ser registrada quando os serviços foram prestados, independentemente do pagamento, ou seja, em dezembro de 2023. No regime de caixa, a despesa aparecerá nos relatórios financeiros de 2024, enquanto no regime de competência, ela será incluída nos relatórios de 2023. (B) No setor público, o registro da despesa deve ser feito de acordo com o regime de competência, conforme Lei nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Lei de Responsabilidade fiscal. Essas normas definem que as despesas sejam registradas quando são incorridas.

QUESTÃO 2

Situação-problema: O município de AB, com uma população estimada em 55.000 habitantes, enfrenta desafios na gestão da saúde pública. A carência de profissionais médicos, especialmente especialistas, resulta em longas filas de espera para consultas e exames, além de sobrecarga de trabalho para os médicos existentes, afetando a qualidade do atendimento à população.

Informações Adicionais:

- **Receita Corrente Líquida (RCL) prevista para o ano de 2024:** R\$ 45.000.000,00
- **Despesa com pessoal atual:** R\$ 25.000.000,00
- **Salário médio previsto para novos médicos:** R\$ 10.000,00
- **Número de novos médicos necessários para suprir a demanda:** 10 especialistas em áreas prioritárias

Pergunta a: Avaliar a viabilidade da contratação de novos médicos dentro do limite da LRF e do orçamento municipal.

Pergunta b: Qual o impacto da contratação de novos médicos no orçamento municipal e na capacidade de investimento do município em outras áreas?

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas):

(A) A despesa atual está abaixo do limite de despesa com pessoal. Despesa com Pessoal após Contratação: R\$ 25.000.000,00 + R\$ 1.200.000,00 = R\$ 26.200.000,00. A contratação de 10 novos médicos **aumentaria** a despesa com pessoal para **R\$ 26.200.000,00, superando** o limite legal da LRF. Do ponto de vista fiscal, a **contratação imediata de 10 novos médicos não é viável** , pois violaria o limite de despesa com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (B) A elevação da despesa com pessoal limitaria a capacidade do município de investir em áreas essenciais como infraestrutura, educação, cultura e esporte, além de dificultar a realização de novos projetos e programas. O aumento da despesa com pessoal, sem a devida adequação das receitas ou a realização de cortes em outras áreas, poderia levar a um desequilíbrio orçamentário, com o município incorrendo em déficit ao final do exercício. O descumprimento da LRF pode dificultar o acesso do município a linhas de crédito e recursos federais, limitando ainda mais a capacidade de investimento.

QUESTÃO 3

Situação-problema: O município X enfrenta dificuldades em seu planejamento e orçamento público devido à queda na arrecadação de receitas próprias e à gestão financeira deficiente. Isso resultou em cortes de investimentos e atrasos no pagamento de fornecedores e servidores.

Pergunta a: Cite uma estratégia financeira que pode ser adotada para aumentar a capacidade de captação de recursos do município sem sobrecarregar os contribuintes?

Pergunta b: Como fortalecer os mecanismos de controle interno e a transparência na gestão orçamentária do município para evitar desperdícios e garantir uma alocação mais eficiente dos recursos públicos?

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas):

(A) Para enfrentar a queda na arrecadação de receitas próprias, é fundamental adotar uma abordagem multifacetada. Isso inclui a diversificação das fontes de receita, buscando alternativas como parcerias público-privadas (PPPs) para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, incentivos fiscais para atrair investimentos locais e aprimoramento da gestão tributária, com medidas como revisão de alíquotas e combate à sonegação. Além disso, é importante promover políticas de desenvolvimento econômico local que estimulem o crescimento das empresas locais e a geração de empregos, contribuindo para o aumento da arrecadação de tributos municipais. (B) Para fortalecer os mecanismos de controle interno e a transparência na gestão orçamentária, é necessário implementar medidas como a adoção de sistemas de controle financeiro integrados e automatizados, que permitam o acompanhamento em tempo real da execução orçamentária e a identificação precoce de desvios. Além disso, é fundamental investir na capacitação dos servidores responsáveis pela gestão financeira, garantindo que estejam aptos a aplicar as melhores práticas de controle interno. A promoção da transparência deve envolver a divulgação regular e acessível das informações financeiras e orçamentárias do município, permitindo que a população acompanhe de perto a aplicação dos recursos públicos e contribua para o controle social.

QUESTÃO 4

Situação-problema: Determinado Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais – RPPS encontra-se em situação orçamentária superavitária.

Pergunta a: Explique em que situação isso ocorre, considerando os fatores que podem influenciar o saldo superavitário do RPPS.

Pergunta b: Qual a finalidade da Reserva Orçamentária do RPPS e quando ela poderá ser utilizada?

Resposta Padrão (outras respostas fundamentadas e adequadas ao contexto também serão aceitas):

(A) Caso as receitas previstas ultrapassem as despesas fixadas para o RPPS, gera-se um superávit orçamentário, que constituirá a Reserva Orçamentária do RPPS. Aumento na arrecadação de contribuições dos servidores ativos, seja por crescimento da folha de pagamento, aumento das alíquotas de contribuição ou inclusão de novos servidores no regime são fatores que contribuem para essa situação. (B) A Reserva Orçamentária do RPPS é destinada a garantir desembolsos do RPPS em exercícios futuros. Não se trata de uma reserva contábil, esses valores passam a constituir a carteira de investimentos dos RPPS, que acolhe os recursos previdenciários não utilizados no exercício financeiro. Esses recursos serão utilizados para custeio das despesas previdenciárias respectivas em exercícios futuros, portanto, a Reserva Orçamentária não será utilizada no mesmo exercício em que for constituída.

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2024 – IPMI

GABARITO PRODUÇÃO ESCRITA - REDAÇÃO

6.3.9. Não será avaliado texto (qualquer fração de texto) que ultrapassar o limite máximo de linhas. Linhas em branco e/ou preenchidas com menos de 2/3 do seu espaço total não serão contabilizadas como linha completa na contagem do número mínimo de linhas exigido.

O candidato receberá nota 0 (zero) na prova de produção escrita quando:

- a) não abordar o tema e/ou teor técnico proposto;
- b) o texto: for ilegível; escrito em língua estrangeira; não for escrito à caneta;
- c) apresentar número de linhas inferior ao mínimo exigido;
- d) não houver texto na folha oficial de texto;
- e) for mera transcrição de dispositivos legais.

NÍVEL DE DESEMPENHO	CONCEITO/DESCRIÇÃO	NOTA
Conteúdo (40%): compreensão da proposta de redação e desenvolvimento do tema.		
5	Cumpriu completamente as exigências do enunciado, demonstra bom conhecimento sobre o tema proposto, apresentando um ótimo desenvolvimento do tema. As ideias são coerentes e bem desenvolvidas.	12,0
4	Cumpriu adequadamente as exigências do enunciado. Demonstra conhecimento sobre o tema proposto, desenvolvendo-o bem.	10,8
3	Faz referência ao tema de forma generalizada, sem aprofundamento, porém responde razoavelmente ao enunciado.	9,6
2	Texto tangencia o tema ou passa muito superficialmente no tema.	7,8
1	Texto cita eventualmente a proposta. Ainda que tenha escrito algo relacionado à temática, foi de forma evasiva ou somente para responder.	6,0
Estrutura (30%): coesão e coerência, clareza na expressão escrita, estrutura do texto.		
5	Expressa-se de maneira clara e com ótima articulação das partes do texto, sem problemas graves na sequência das ideias. A redação é bem organizada e progride logicamente. Uso diversificado de recursos de coesão, demonstrando domínio de articulação dos mecanismos necessários, com quase nenhuma inadequação. Boa estruturação de parágrafos.	9,0
4	Expressa-se de maneira clara e com boa articulação. A redação é bem organizada e lógica, com poucos erros de sequência. Expressa-se com repertório diversificado de recursos para coesão, com poucas inadequações, apresentando proximidade de domínio dos mecanismos.	8,1
3	Articulação razoável das partes do texto, com problemas eventuais na articulação e proposição das ideias. Mecanismos para coesão são pouco diversificados, com eventuais inadequações de recursos para coesão e com domínio mediano. Texto de baixa legibilidade.	7,2
2	Expressa-se de forma um pouco confusa e com articulação precária das partes do texto, devido a problemas frequentes na utilização dos recursos coesivos. Expressa-se com recursos limitados de coesão, com o texto articulado de forma insatisfatória e apresentando inadequações recorrentes. Texto de difícil legibilidade.	5,8
1	Desarticulação das partes do texto e uma escrita muito confusa. Articulação das ideias não é feita com recursos diversificados de coesão, apresentando pouco ou nenhum domínio de mecanismos linguísticos, ocasionando em escrita precária e insatisfatória.	4,5
0	Estrutura está aquém das classificações anteriores.	0 (zero)
Expressão linguística (30%): domínio da norma padrão (grafia, acentuação, concordância, regência, pontuação, etc.).		
5	Excelente domínio da norma culta, com raros ou nenhum desvio gramatical e de convenções da escrita. (até 3 erros)	9,0
4	Muito bom domínio da norma culta, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita. (4 a 6 erros)	8,1
3	Bom domínio da norma culta, com pontuais desvios gramaticais e de convenções da escrita. (7 a 9 erros)	7,2
2	Domínio razoável da norma culta, com desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita, pouco aceitáveis nessa etapa de escolaridade. (10 a 12 erros)	5,8
1	Domínio precário da norma culta, com graves e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. (13 a 15 erros)	4,5
0	Expressão linguística está aquém das classificações anteriores. (acima de 15 erros)	0 (zero)